



# ◆ 1ª Semana de ◆ COMPLIANCE ANAHP

---

A **1ª Semana de Compliance Anahp** reuniu, durante três dias, alguns dos principais especialistas sobre o tema no país em palestras acompanhadas por centenas de interessados em todo o Brasil.

Antes das apresentações, membros do Conselho de Ética da Associação deram as boas-vindas aos participantes e justificaram a importância do evento. Para José Henrique Germann Ferreira, vivemos “uma evolução muito rápida de conceitos e valores em saúde” e estamos no momento mais do que apropriado para discutir princípios éticos. Reynaldo Brandt acrescentou que o setor de saúde tem a obrigação de “colocar a ética à frente das tomadas de decisão” e que as organizações precisam “fazer compliance de maneira sistematizada, começando pela alta direção, com medidas efetivas e não como ação de marketing”.

José Antônio de Lima, também integrante do conselho, ressaltou que é obrigação das lideranças promover e zelar pela ética nas organizações. “Precisamos fazer a lição de casa, afinal, as instituições são as pessoas. Somos nós”, declarou. E Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp, garantiu que a associação vai continuar apoiando e estimulando essa discussão, pois “compliance para nós não é modismo, é a essência da atividade que desempenhamos na saúde”.

As palestras abordaram o compliance na gestão, ESG, LGPD, Lei Anticorrupção, educação e sustentabilidade, entre outros temas.

Confira, a seguir, a cobertura com os principais destaques dos debates.



## Compliance nas organizações exige fortalecimento de princípios éticos pessoais

Investimento na área também é instrumento de mitigação de riscos e promoção de resultados

Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp, abriu a **1ª Semana de Compliance da Anahp** destacando que o tema faz parte da essência da associação. “A busca por qualidade motivou a criação da Anahp e não se faz qualidade sem ética”, resumiu.

Na primeira apresentação do dia, a gerente de Compliance da Anahp, Munique Correia, pontuou que vivemos tempos de valores fluídos em que é necessário perseguir diariamente a conexão com o mundo atual sem perder as referências do que é certo ou errado. “Por isso, precisamos fortalecer a base ética das pessoas e recuperar o prazer de educar nesse sentido”, avaliou, ressaltando que esse exercício tem que ser feito tanto nas empresas como em casa. “Todos devem ser convencidos de que temos obrigação moral de nos comportarmos de maneira adequada”, afirmou.

Para a gerente, partindo desse princípio, a justificativa para o investimento em compliance é simples: “as empresas têm que fazer porque é o certo a ser feito”, definiu. E acrescentou que essa também será a essência do engajamento das pessoas desde que elas tenham uma estrutura moral sólida.

Além disso, seguiu Correia, os líderes precisam ter a visão de que compliance não é moda e vai ser cada vez mais cobrado em um ecossistema mais complexo, com *stakeholders* mais diversos e exigentes. “Atualmente, se o mercado entender que a empresa não é ética, não adiantam regras e programas escritos. Tem que ser e mostrar que é”, disse.

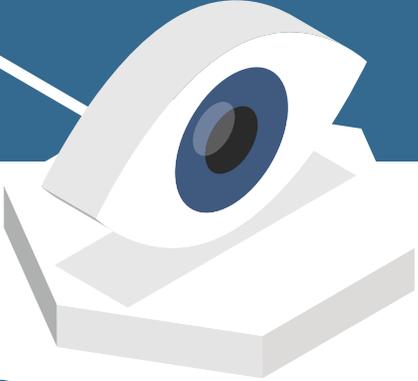
Na segunda palestra do dia, Caio Magri, diretor-presidente do Instituto Ethos, avaliou que vivemos uma oportunidade de transformação cultural em que as organizações serão mais ativas na busca por uma sociedade mais justa. “Temos que nos mobilizar agora para tornar o compliance uma política pública e privada”, explicou.

Magri se diz otimista porque a iniciativa privada começou a abordar o tema por uma perspectiva de negócios. Ele lembrou, por exemplo, que é comum empresas não resistirem a crises causadas por falta de integridade e que as regras de conduta são indispensáveis para garantir a continuidade das atividades atualmente. “Mas, além da mitigação dos riscos, o compliance também pode ser utilizado como ferramenta de expansão dos lucros”, destacou.

Nesse cenário, continuou, o assunto deve ter o envolvimento da alta direção e “as lideranças têm que dar o exemplo”. Segundo Magri, é preciso assumir compromissos, desenhar as políticas e procedimentos, e demonstrar diariamente que os princípios, de fato, fazem parte da essência e dos propósitos da organização. “Tem que ter cultura de integridade e praticar o que está escrito”, finalizou.

**Assista na  
íntegra aos  
debates do  
primeiro dia.**





# Transformação digital traz novos elementos ao compliance

**Tecnologia aumenta riscos, mas oferece novas ferramentas de controle. Programas têm sido bem-sucedidos no combate à corrupção na saúde**



José Henrique Germann Ferreira, membro do Conselho de Ética da Anahp, e Arnaldo Bartalo, diretor de Auditoria de Riscos, Compliance e Proteção de Dados do Hospital BP, abriram o segundo dia do evento e deram as boas-vindas aos participantes e palestrantes. Ferreira destacou que “estamos passando por uma evolução muito rápida no sentido de conceitos e valores em saúde” e a discussão sobre compliance é mais do que apropriada neste momento. E Bartalo acrescentou que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) trouxe ainda mais relevância ao tema, sobretudo na questão do mapeamento de riscos.

Abordando a relação com a Lei Anticorrupção, o presidente da Comissão de Compliance Nacional, José Guimarães, destacou que a área da saúde é complexa nesse sentido, com muitos atores e interesses. “Ainda assim os programas de compliance têm sido bem-sucedidos no combate à corrupção no setor”, revelou.

Guimarães informou que o compliance cresceu cerca de 1.000% entre os hospitais e outras organizações de saúde, “mesmo exigindo mudanças profundas, a superação do conservadorismo e a aderência indispensável das lideranças”, disse. “As organizações perceberam que investir contra os maus hábitos faz parte do seu desenvolvimento”, avaliou.

De acordo com sua experiência, os programas devem contar com três pilares básicos: prevenir, detectar e corrigir. “Não é suficiente cuidar somente da prevenção. Tem que ter fiscalização, em alguns casos uma equipe própria para apuração profissional e punições quando necessárias”, disse.

Guimarães também fez questão de repetir um raciocínio antigo. “O que o presidente e os diretores fazem será imitado por quem está abaixo”, lembrou. “Por isso, o acultramento deve começar na alta gestão. Essencialmente, são as pessoas que fazem a diferença.”

Dando sequência à programação do dia, Ricardo Campos, docente de Direito e Tecnologia na Goethe Universitat (Alemanha), ressaltou que a transformação digital revolucionou o setor de saúde e trouxe novos ingredientes para a normatização de condutas e ferramentas de controle, sobretudo na questão da gestão dos dados. “Hoje, qualquer programa de compliance tem que ser construído levando em consideração as normas de privacidade. Não dá para fazer e depois pensar na proteção das informações”, esclareceu.

Campos contou que os dados de saúde têm mais valor do que dados financeiros na *dark web*, o que torna ainda mais crítica a segurança desses ativos. “A interoperabilidade vai aumentar a complexidade, pois exige padrões de compliance nas estruturas de compartilhamento”, explicou.

Por outro lado, a tecnologia é uma aliada das estratégias de controle. A Inteligência Artificial pode ser utilizada para buscar fraudes e desvios e a jornada digital possibilita um *tracking* que registra todos os movimentos dos usuários. “Nesse sentido, é importante o Brasil se alinhar ao que está sendo bem feito no exterior. Partir das melhores práticas já conhecidas e ir adaptando para a realidade do país. Não precisa inventar a roda”, finalizou.

**Assista na  
íntegra aos  
debates do  
segundo dia.**





## Cultura e abordagem de negócios facilitam o compliance

**Projetos devem priorizar o engajamento e o resultado econômico com performance operacional e na retenção de talentos**

Gustavo Pereira, diretor Jurídico e Compliance do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, e José Antônio de Lima, membro do Conselho de Ética da Anahp, abriram o terceiro dia da **1ª Semana de Compliance Anahp**. Pereira disse estar satisfeito por observar “o setor discutindo o tema com tanta profundidade e afinco”. E Lima alertou que normalmente os princípios éticos são deixados de lado quando não há liderança. “Precisamos fazer a lição de casa, afinal, as instituições são as pessoas. Somos nós”, declarou.

Naiara Augusto, presidente do Grupo de Competitividade de ESG do World Trade Center Curitiba, destacou que vivemos uma mudança de paradigma nesse sentido e que o ESG – que faz parte do compliance – não é mais questão de obrigação, mas de compromisso. “As pessoas não vão se comprometer se não perceberem o compromisso da empresa”, advertiu.

Nesse contexto, continuou a especialista, é importante que o ESG seja convertido em resultado econômico com, por exemplo, impactos diretos na performance da operação e na retenção de talentos. “Investidores e acionistas querem saber o quanto os projetos geram um clima produtivo e de satisfação para os funcionários”, explicou, acrescentando que cada vez mais bons profissionais consideram a abordagem ética da organização antes de aceitar uma proposta de emprego.

Ela também destacou requisitos operacionais para a realização dos projetos. “A equipe deve ter independência para a implantação dos projetos e a aplicação dos recursos”, orientou. E explicou que o ESG não é exclusivamente para advogados, mas para profissionais de qualquer formação que entendam de negócios e de pessoas. “E, sobretudo, para quem conhece a organização”, finalizou.

Aline Messias, diretora Jurídica e de Compliance do Hospital Sírio-Libanês, que participou da segunda palestra do dia, sobre os benefícios do compliance na gestão hospitalar, concordou que quem está envolvido com o compliance “precisa entender da instituição”, mas destacou o valor de ter membros independentes no Comitê de Ética para oferecer “uma visão de fora”. A especialista ressaltou, ainda, o engajamento das lideranças. “Sem as lideranças, o compliance não tem estrutura, não tem orçamento e não tem espaço nas tomadas de decisão. Sem liderança não tem o compromisso da instituição”, declarou.

Ana Luisa Broch Pinheiro, gerente de Compliance do Sírio-Libanês, apresentou o programa de compliance que rendeu ao hospital a certificação de empresa Pró-Ética, concedida pela Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com o Instituto Ethos. À frente da implantação desse projeto bem-sucedido, Pinheiro lembrou que “o principal objetivo deve ser a mudança de cultura”.

Após aumentar a conscientização interna, segundo ela, as ações ganham fluidez e o desenvolvimento do programa se torna mais eficiente. “No começo, as pessoas fogem do compliance, agora somos procurados voluntariamente para checar se as ações e os novos projetos estão em conformidade com os princípios estabelecidos”, finalizou.

**Assista na  
íntegra aos  
debates do  
terceiro dia.**



